

Editorial

A violência vem ocupando espaços de discussão cada vez maiores. As letras das músicas, os jornais, as novelas, os filmes, documentários e debates veiculados pela mídia, bem como pela internet, parecem estar não só informando-a, como demonstrando-a a cada minuto. Se de um lado, as informações disponibilizadas ao público evidenciam o aumento quantitativo, a diversidade das formas, condicionantes e conseqüências da violência, de outro, elas apontam para o fato de que os espaços de sua expressão alastram-se nas relações sociais. Essa diversidade mostra-nos que esse fenômeno não é mais localizado, mas mundial, e que banaliza a vida.

No entanto, visualizar a violência de forma ampla pode conduzir à indignação e revolta, à perplexidade, ao medo e ainda às dúvidas em relação à sua compreensão e prevenção, gerando impotência e inércia frente aos atos que a representam. São estes aspectos que aqui abordo, brevemente, no contexto educacional a partir de três perspectivas: o fenômeno da violência nas escolas, os serviços de atenção e prevenção e as políticas públicas relacionadas com a violência.

Na primeira perspectiva, ressalto que, em pesquisa realizada sobre a representação social da violência nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio de Salvador (UFBA/FACED), constatamos no cotidiano escolar altos índices de violência praticada por e contra alunos, ou contra e, até mesmos por educadores, por familiares e pela comunidade em que residem estas crianças e jovens, ou vizinhas das escolas. Selecionados sob critérios amostrais representativos do universo dos estudantes das escolas localizadas em diferentes áreas geográficas de Salvador, de um total de 1.394 entrevistados, 67,8% deles presenciaram discussões e brigas entre seus colegas, sendo que do mesmo total 62,2% já sofreram violência física ou psicológica por parte dos colegas e 60% já presenciaram conflitos graves entre professores e alunos. Percentuais, sem dúvida, elevados para um contexto de convivência social para o conhecimento.

A violência encontrada nas escolas é gerada por motivos diferentes, dos mais simples aos mais complexos, internos ou externos à escola, se manifesta tanto por agressões que vão das discriminações, brincadeiras desagradáveis, xingamentos, ofensas, constrangimentos, roubos, abusos de autoridade e de poder, até às ameaças; como também se dá pelos empurrões e tombos propositais nas escadas e corredores, nos tapas, socos, pontapés, lutas e, mesmo, abusos sexuais e atentados à vida com armas diversas. Em todos os casos ela implica em seqüelas psicológicas e físicas e em perdas de vida, além de favorecer uma familiaridade tal com os conflitos e agressões que a violência verbal nem é mais considerada entre os alunos. Na multiplicidade de seus condicionantes, os mais registrados são a dinâmica das relações sociais vivenciadas na escola, na família e na comunidade, e, o consumo e tráfico de drogas lícitas e ilícitas, que ocorrem também nesses mesmos contextos. Esta é configuração do problema nas escolas.

Na segunda perspectiva, observamos o despreparo em termos de recursos humanos, materiais e financeiros das instituições educacionais, de saúde, de justiça e de segurança, na adoção de ações institucionais, na prestação de serviços de atenção às vítimas e na prevenção da violência nos diversos contextos em que se manifesta.

A escola ao tratar do fenômeno da violência não dispõe de outras alternativas a não ser as de repreender, encaminhar para a direção, dialogar com os pais, suspender e, expulsar os alunos que praticam a violência, ou de orientar e apoiar seus professores para que não manifestem qualquer atitude de violência em relação a seus alunos. Desta forma, se não for possível evitar conflitos e confrontos, a orientação é de vigiar e punir, o que, aliás, a escola sempre fez.

Em relação à comunidade tentam os educadores abrir o diálogo com as lideranças comunitárias, inclusive as do narcotráfico, ou realizar projetos fomentados por organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que buscam a integração social que possa minimizar a violência da comunidade em relação à escola ou seus reflexos.

Quando os diálogos são impossíveis, tanto na própria instituição educacional, como com os pais e a comunidade, as escolas se fecham, se trancam, se aparelham de grades grosseiras, câmeras de segurança e controle. Elas se transformam em verdadeiros “presídios educacionais” vigiados pela ronda escolar, que em alguns momentos, quando solicitada, chega à escola de forma a ser percebida como agente de controle social de seu ambiente interno e externo, o que parece pertinente ao contexto educacional somente em situações de gravidade extrema.

O recurso de apoio às ações gestoras nas escolas pode ainda ser procurado junto às Secretarias de Segurança Pública, de Justiça e de Direitos Humanos, grupos e instituições organizadas da sociedade civil, como ongs e igrejas. Estes órgãos e instituições se propõem ao encaminhamento de queixas e reclamações, comunicações e denúncias, ou a atuar na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, ou a planejar e executar ações de segurança preventiva, repressiva, punitiva e também de caráter penal, tentam praticar assistência jurídica, social, educacional, psicológica e médica.

Mas, nem sempre estes mesmos órgãos e instituições são acionados pelos educadores. De um lado, porque muitos deles ainda não os conhecem, ou não sabem como fazer contato, ou têm dificuldades de a eles ter acesso. De outro, porque adiam ou se omitem frente às violências presenciadas, pelo medo de represálias dos alunos, pais e comunidade. E, de outra ainda, porque como educadores temem os destinos que os alunos terão quando a eles são encaminhados pela convivência com toda a sorte de praticantes de pequenos delitos, furtos, homicídios, e do que podem vivenciar ou passar em função das dificuldades de seus serviços para atendimento e reeducação. De fato, estes órgãos e instituições não conseguem atuar de forma ampla e significativa para atendimento das demandas das escolas, e o que conseguem fazer é muito pouco para uma efetiva atuação na realidade da violência. Falta-lhes uma infra-estrutura adequada e recursos suficientes para realizar, de forma eficaz e eficiente, as ações por eles planejadas.

A terceira perspectiva é a da ausência, pertinência e abrangência de políticas públicas. É verdade que decisões administrativas, realização de projetos, criação de comissões e atos normativos, ou realização de campanhas e manifestações públicas são passos necessários para colocação da violência em evidência para debate pela sociedade. Mas, essas ações não são suficientes para prevenção da violência nas escolas e atenção às crianças e jovens que dela são vítimas. Assim, considera-se imprescindível a adoção de políticas que atendam à questão pública da violência criando ações governamentais específicas para sua prevenção, para interferência em suas mais diversas formas de manifestação, e na atenção aos que sofrem sua ação. É evidente que não se pode mais aceitar a precariedade e descontinuidade das ações públicas em relação à violência, ou esperar por decisões políticas. É preciso que sejam realizadas ações que se caracterizem como políticas públicas nacionais, regionais e locais.

Neste sentido, a universidade tem um importante papel na transformação dessa realidade, seja procurando o seu conhecimento, ou capacitando agentes de transformação, ou contribuindo para a formulação e realização de políticas públicas, seja prestando serviços, enfim, utilizando-se do seu conhecimento crítico, de sua competência técnica e científica para uma contribuição social relevante.

Prof. Dr.ª Celma Borges

Bacharel em Psicologia. Instituto de Psicologia. UFRJ.

Mestre em Educação. Faculdade de Educação. UFBA.

Doutora em Sociologia. Institut des Hautes Études de L'Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III.

Professora Titular de Psicologia da Educação. Instituto de Ciências Biológicas. UCSAL.

Professora Adjunto 4. Departamento de Educação I. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. UFBA.